



## PARECER JURÍDICO

**EMENTA: CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. TERMO ADITIVO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL. POSSIBILIDADE. ARTIGOS 106 E 107, LEI Nº 14.133/2021.**

**INTERESSADO:** Presidente da Comissão Permanente de Contratação – CPC. Prefeitura Municipal de Irituia-PA.

**ASSUNTO:** Análise acerca da possibilidade de prorrogação da vigência **Contrato nº 20250196**.

### **1 - RELATÓRIO:**

Vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise da solicitação de celebração de Termo Aditivo visando a prorrogação de vigência do **Contrato nº 20250196**, cujo objeto é a **contratação de pessoa jurídica para contratação de serviços médicos, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Irituia/PA. Por meio de Adesão de Ata de nº 030/2023, através do Pregão Eletrônico nº 031-2023.**

A Secretaria Municipal de Saúde justificou a prorrogação contratual por mais 11 (onze) meses, a fim de dar continuidade nas atividades da Administração.

Constam dos autos os seguintes documentos: solicitação de aditivo contratual e justificativa; solicitação de Termo de Aceite; manifestação da empresa concordando com a prorrogação; Decreto Municipal nº 092/2025, que designa o Agente de Contratação e institui a Comissão de Contratação; solicitação e a certidão de dotação orçamentária, bem como a declaração de adequação orçamentária e financeira; a notificação para entrega de documentos; as certidões de regularidade fiscal e trabalhista; a autorização para



prorrogação contratual; a minuta do termo aditivo; e o despacho para avaliação jurídica.

Este é o breve relatório.

Passamos agora a análise da fundamentação jurídica sobre o tema.

## 2 – FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Inicialmente, o Art. 53, § 4º, da Lei 14.133/21 dispõe que o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preço, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

Em relação ao mérito, como é sabido, a Administração na consecução de seus atos sempre o faz em detrimento do fim público, para tanto, observa com apreço e total submissão os princípios norteadores e basilares de todas as Licitações Públicas por ela patrocinada.

A vigência do **Contrato nº 20250196** tem como termo final o dia **31/12/2025**. Todavia, antes de findar o respectivo prazo de vigência, a Administração optou por promover a prorrogação do período de execução do objeto contratado, em razão da necessidade de continuidade dos serviços. Diante desse contexto, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise da legalidade do procedimento adotado.

Em primeiro ponto, para fins didáticos e de melhor compreensão, Torres (2021, p. 583) propõe uma distinção essencial entre os conceitos de prorrogação e renovação, tratando-os como duas subespécies dentro do gênero prorrogação. Segundo o autor, a expressão “renovação” deve ser utilizada exclusivamente em contratos de prestação continuada. Ele esclarece que:

"Na renovação, ocorre uma repetição do contrato firmado em período anterior, o que impacta não apenas na vigência, mas também nos valores pagos mensalmente, já que os pagamentos se renovam para o novo período (resguardando-se, por evidente, a recomposição da equação econômica, por meio de reajustes, repactuações ou reequilíbrios econômicos, quando aplicável)."

Nesse sentido, a renovação implica uma reiteração das condições contratuais, com ajustes adequados à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, essencial para contratos de natureza continuada.

Por outro lado, Torres (2021, p. 657) reserva o conceito de prorrogação em



sentido estrito para situações específicas, onde há postergação de prazos relacionados ao início de execução, entrega de objetos ou conclusão de obras. A prorrogação estrita, segundo o autor, aplica-se em eventos imprevisíveis, alheios à atuação do contratado, o que justifica o alargamento temporal do contrato.

Decerto, a Lei Federal nº 14.133/2021, que institui o novo marco legal das licitações e contratos administrativos admite a prorrogação dos contratos administrativos. Assim, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços.

A Lei nº 14.133/2021 trata da duração dos contratos em seu Art. 105. Este dispositivo prevê que os contratos devem ter duração conforme estabelecido em edital, podendo exceder um exercício financeiro, desde que observados requisitos específicos, como a previsão no Plano Plurianual (PPA) e a verificação de disponibilidade de créditos orçamentários tanto no momento da contratação quanto no início de cada exercício financeiro. O artigo assim dispõe:

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

A administração também deverá observar o que foi determinado pelo legislador nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

**I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;**

**II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;**

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem (grifos nossos)

Além disso, a referida lei permite a prorrogação de contratos administrativos nas situações previstas a partir do Art. 107, o qual aborda a prorrogação de contratos de prestação de serviços.

O dispositivo legal em questão enfatiza a importância de a prorrogação de



contratos ser precedida de uma análise criteriosa da vantajosidade para a Administração Pública.

Este requisito é essencial para garantir a eficiência e a correta aplicação dos recursos públicos. Além disso, a previsão da possibilidade de prorrogação no edital de licitação é uma condição *sine qua non* para que essa extensão contratual possa ser efetivada. Igualmente relevante é a previsão de que, caso o contrato deixe de atender aos interesses públicos, é possível renegociar suas condições ou até mesmo extingui-lo, sem imposição de penalidades.

Ademais, em orientações, o TCU reforçou a necessidade de que as condições e os preços do contrato permanecem vantajosos para a administração, além de atestar ainda a existência de crédito financeiro antes de proceder à prorrogação:

**“A Lei 14.133/2021 permitiu que os contratos de serviços e de fornecimentos contínuos sejam celebrados com vigência inicial de até cinco anos. Além disso, desde que haja previsão em edital, esses contratos podem ser prorrogados sucessivamente (não necessariamente por igual período) até a vigência máxima de dez anos.**

**Para tanto, a autoridade competente deve atestar, no início de cada exercício financeiro e por ocasião das prorrogações contratuais, que as condições e os preços do contrato permanecem vantajosos para a Administração. Deve atestar ainda a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.**

Caso não haja disponibilidade orçamentária para a continuidade do contrato ou se a Administração entender que o contrato não é mais vantajoso, ela poderá extingui-lo sem ônus.

Na hipótese de perda da vantajosidade, a Administração deve negociar melhores condições com o contratado antes de optar pela extinção contratual.”  
(grifos nossos)

No que tange à obrigatoriedade de realizar nova pesquisa de preços para verificar a manutenção da vantajosidade econômica de contratos de serviços de natureza continuada, é possível interpretar, conforme exposto na Nota Técnica – AudTI/TCU 8/2023 e com base nos conceitos de “reajustamento em sentido estrito” e “repactuação” positivados pela Lei nº 14.133/2021, na jurisprudência exposta no Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário, no normativo interno aplicável às contratações do próprio TCU, e nos entendimentos e modelos padronizados formulados para a Administração Pública Federal, que: A vantajosidade econômica estará presumida, dispensando-se a realização da pesquisa de preços quando estiver previsto em contrato que:

[...] para os custos de mão de obra: as repactuações serão realizadas com base



em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou em decorrência de lei. Se não houver convenção ou acordo coletivo que vincule uma ou mais categorias profissionais envolvidas no contrato, será necessário realizar pesquisa de preços para os custos relacionados a tais categorias; e para os custos decorrentes do mercado (insumos e materiais): os reajustes serão realizados por índice oficial de correção, previamente definido no contrato, que retrate efetivamente a variação dos preços. Quando não for possível demonstrar que a variação dos preços contratados tende a acompanhar a variação do índice de reajuste estabelecido no contrato, será obrigatória a pesquisa de preços.

Vale mencionar que a verificação da manutenção da vantajosidade do contrato não precisa se limitar ao aspecto econômico. Outros fatores podem ser considerados, como os riscos e os custos para realizar uma nova contratação, além do desempenho do contratado na execução do objeto, registrado no histórico da fiscalização. Esses e outros fatores podem contribuir para a análise quanto à vantagem de continuidade de determinados contratos.

De mais a mais, a prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

A prorrogação de prazo também exige prévia anuência do contrato, haja vista que o contrato decorre de um acordo de vontade entre as partes, por isso, é necessário que o contratado se manifeste com o desígnio de manter a relação contratual, ratificando os compromissos inicialmente assumidos.

No caso em análise, verifica-se que o pedido de prorrogação formulado se restringe à extensão de prazo, sem implicar aditamento de valor. Tal solicitação se alinha perfeitamente às disposições do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, que regula as contratações públicas no Brasil, tornando a prorrogação solicitada plenamente viável.

O processo de prorrogação deve seguir o regramento estabelecido, o qual exige a aprovação prévia pela autoridade competente. A formalização dessa decisão deve constar no processo, com a assinatura da autoridade responsável.

Quando aplicável ao caso, a minuta de termo aditivo deve conter cláusulas que tratem sobre: a) o objeto da contratação, para que se verifique a relação do aditivo com o objeto contratual original; b) o prazo de prorrogação tanto da vigência como da execução contratual, atentando-se a Administração para a contagem dos mesmos, pois sendo em dias, que os prazos sejam exatamente os estipulados pela Administração, contando-se dia a dia; c) cláusula contendo que não haverá despesas relativas à



prorrogação; d) a ratificação das cláusulas contratuais não alteradas pelo termo aditivo; e) cláusula específica com o cronograma físico-financeiro do contrato atualizado com as novas datas propostas (Acórdão TCU nº 4.465/2011 - 2ª Câmara); h) cláusula para atualização da garantia contratual, a fim de compatibilizar seu prazo de validade e valor com os novos prazos do contrato; i) local, data e assinatura das partes e testemunhas.

Dessa forma, o procedimento de prorrogação atende aos preceitos legais, garantindo que a contratação siga os princípios de legalidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos.

Considerando as observações acima, é plenamente possível a celebração do Termo Aditivo, desde que sejam apresentadas as devidas justificativas e respeitados os limites impostos pela legislação vigente. Assim, entende-se viável a prorrogação do contrato por mais **11 (onze) meses**.

Ressalta-se que, para a formalização do Termo Aditivo que visa à prorrogação do prazo contratual, é imprescindível a confirmação da indicação de disponibilidade orçamentária para o presente exercício.

Para que sejam tomadas as devidas precauções legais, esta Assessoria recomenda que seja juntado aos autos a Certidão da Fazenda Municipal, devidamente atualizada. Frisa-se que à época da assinatura do aditivo contratual, as certidões devem estar vigentes.

É recomendável que seja certificado nos autos que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação e ausência de impedimentos à contratação para viabilizar a prorrogação, nos termos do Art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021.

Essas medidas asseguram que a prorrogação contratual ocorra de forma regular e planejada, garantindo que a execução dos serviços seja mantida em consonância com o interesse público e com os princípios que regem a administração pública.

### **3 – CONCLUSÃO:**

O presente Parecer Jurídico possui caráter meramente opinativo, revestindo-se de natureza estritamente consultiva, não possuindo efeito vinculante quanto ao ato decisório.

Esta, por sua vez, insere-se na esfera de competência exclusiva da Autoridade Administrativa Competente, a quem incumbe deliberar acerca da conveniência e oportunidade do ato administrativo, nos termos da legislação aplicável.

Presume-se, portanto, que as especificações técnicas constantes do processo,



notadamente aquelas relativas ao detalhamento do objeto, suas características, requisitos e à formação do preço estimado, bem como as questões de natureza contábil, financeira e orçamentária, tenham sido regularmente definidas pelo setor competente, com base em critérios técnicos objetivos e orientados à adequada satisfação do interesse público.

Do mesmo modo, a escolha da contratada insere-se no âmbito de competência da área técnica responsável, por extrapolar as atribuições desta Assessoria.

Ressalte-se que determinadas observações ora consignadas possuem caráter orientativo, formuladas em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem compete, no exercício da discricionariedade administrativa conferida por lei, avaliar a conveniência de acolhê-las.

Diante do exposto, **encaminhem-se** os autos ao **Controle Interno** para apreciação e adoção das providências cabíveis, com posterior deliberação da autoridade competente.

É o parecer.

Irituia-PA, 31 de dezembro de 2025.

**DAYNARA SOUZA DA COSTA**  
Advogada - OAB/PA nº 38.493

**RUAN BRENO MAIA GONÇALVES**  
Estagiário de Direito